

***"NÓS PRECISAMOS ESTAR NOS LUGARES DE DECISÃO":
VOZES DO MOVIMENTO FEMINISTA
EM CAXIAS DO SUL (1982- 2003)***

***"WE NEED TO BE IN THE DECISION-MAKING ROLES":
VOICES FROM THE FEMINIST MOVEMENT
IN CAXIAS DO SUL (1982- 2003)***

Katani Maria Monteiro Ruffato¹

(PPGH-UCS)

Rúbia Hoffmann Ribeiro²

(UCS)

Resumo: O artigo analisa aspectos da história do movimento feminista em Caxias do Sul/RS a partir das trajetórias de oito militantes da União Caxiense de Mulheres (UMCA) e da União Brasileira de Mulheres – seção Caxias do Sul (UBM). O recorte temporal situa-se entre a criação da UMCA, em 1982, e ano de 2003, início dos governos populares, que culminou em uma distensão dos movimentos sociais brasileiros. As trajetórias destas mulheres são (re)construídas a partir de entrevistas de história oral, as quais permitem reflexões acerca das demandas, tendências e estratégias do feminismo em Caxias do Sul, com a intenção de contribuir para a construção de um quadro mais amplo sobre o movimento feminista no Brasil. Propõe-se, ainda, observar como a história oral amplifica as vozes dessas mulheres no processo que as constitui feministas ao destacar quais

Abstract: The paper analyzes aspects of the history of the feminist movement in Caxias do Sul/RS based on the trajectories of eight militants from the União Caxiense de Mulheres (UMCA) and União Brasileira de Mulheres - Caxias do Sul section (UBM). The time frame is between the creation of the UMCA, in 1982, and year 2003, the beginning of the popular governments, which culminated in a distension of the Brazilian social movements. The trajectories of those women are (re)constructed from oral history interviews which allow reflections about the demands, trends and strategies of feminism in Caxias do Sul with the intention of contributing to the construction of a wider picture about the feminist movement in Brazil. It is also intended to observe how oral history amplifies the voices of those women in the process that constitutes them as feminists by highlighting which difficulties and limits were imposed on them and how they put in check certain

¹ E-mail: kmmontei@ucs.br

² E-mail: rhribeiro1@ucs.br

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 94-129, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

dificuldades e limites lhes foram impostos e como colocaram em xeque certas imagens a elas atribuídas ao elaborar uma nova identidade.

Palavras-chave: História das mulheres. **Keywords:** Women's history. Feminism. Feminismo. História Oral. Oral history.

Introdução

[A] “[...] pessoa está em constante movimento; ela não só atravessa um processo, ela é um processo” (SILVA, 2019, p. 232-245)

Norbert Elias

Muitas mulheres brasileiras, por um longo tempo excluídas do espaço público, passam os 21 anos da ditadura civil-militar buscando romper com o papel de gênero a elas imposto ao contestarem tal regime. Na década de 1970, há uma efervescência no desenvolvimento de uma consciência política feminista ao questionarem sua condição enquanto mulher na sociedade, seja no espaço privado, seja no espaço público e, até mesmo, dentro de movimentos progressistas que defendiam mudanças na sociedade. Emergem desse período como protagonistas pelo movimento de Anistia, pela Redemocratização e construção da Constituição Cidadã (PINTO, 2003). Alargam sua inserção no mercado de trabalho, superam os homens no ensino superior, entram no século XXI conquistando leis e políticas públicas que atendem suas especificidades e demandas relacionadas ao seu sexo e ao seu gênero, como a Lei Maria da Penha³ (2006) e a Lei de Feminicídio⁴⁵ (2015).

³ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em 26/02/2023

⁴ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em:26/02/2023

⁵ No contexto da pandemia, destacam-se a mobilização por Justiça para Mariana Ferrer, que levou a publicação da Lei 14.245/2021, que prevê punição para constrangimentos sofridos por vítimas de violência sexual em julgamentos. E a organização das mulheres em defesa da dignidade menstrual e contra o veto da distribuição gratuita de absorventes, temas que tiveram muita repercussão na cena pública.

Além de promover a repercussão e a adesão ao movimento, esses resultados da luta feminista suscitaram uma reação conservadora, que pode ser interpretada pela forma como se deu o processo de impeachment de Dilma Rousseff e o aumento nos índices de feminicídio no país. Ainda em 2019, o Atlas da Violência⁶ indicava o aumento no número de homicídio de mulheres, com 13 mortes por dia, o maior número registrado desde 2007. No período, o documento apontava a preocupação com a flexibilização da posse e do porte de armas no sentido de tornar mais grave tal quadro. Fato que foi verificado durante o período da pandemia, como demonstra o Atlas da Violência de 2021⁷. Além da flexibilização do porte de armas, o isolamento das vítimas com seus agressores durante a pandemia da Covid-19 dificultou as denúncias. Assim, embora esse documento revele que o número de morte de mulheres em decorrência da sua condição de gênero diminuiu entre 2009 e 2019, o homicídio de mulheres por causas indeterminadas aumentou. Ao levar em consideração os casos de subnotificação, a ausência do registro da causa de morte como feminicídio nos boletins de óbito do sistema de saúde, e o fato de ter aumentado o homicídio de mulheres dentro das residências enquanto o número de casos na rua diminuiu, o relatório conclui que, de fato, houve um aumento da violência doméstica no Brasil.⁸

⁶ Atlas da violência 2019. / Org.: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. p.35. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/6363-atlasdaviolencia2019completo.pdf>. Acesso em: 26/02/23

⁷ Atlas da violência 2021. / Org.: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. p.41. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 26/02/2023

⁸ Outro levantamento corrobora com a afirmação de que houve aumento na violência contra a mulher. É o caso do relatório "Visível e Invisível: A vitimização das mulheres no Brasil" (2021), elaborado pelo Fórum de Segurança Pública em parceria com o Datafolha, que revela a discrepância entre dados oficiais, que indicaram uma queda nos registros policiais de lesão corporal dolosa, ameaça, estupro e estupro de vulnerável contra mulheres, enquanto houve um aumento na violência letal - feminicídio e homicídio de mulheres - no mesmo período analisado. O mesmo relatório aponta que 73,5% da população têm a percepção de que a violência contra a mulher aumentou durante a pandemia. E, em 12 meses monitorados, identificou que 1 a cada 4 mulheres acima de 16 anos sofreu algum tipo de violência. Relatório

No contexto dos movimentos pela redemocratização do país, no início da década de 1980, surgem em Caxias do Sul/RS duas entidades representativas do protagonismo feminino nas lutas sociais: a União Caxiense de Mulheres (UMCA), fundada em 1982, e a União Brasileira de Mulheres (UBM), constituída em 1988. As duas entidades contavam com representações locais, foram os espaços que aglutinaram as reivindicações coletivas pela volta do Estado democrático e as lutas pela conquista e garantia de direitos para as mulheres.

Se hoje as mulheres ocupam esse lugar de protagonistas na luta por mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais, é bom lembrar que nem sempre esse lugar foi permitido a elas. Investigar sobre o movimento feminista significa dar continuidade a um projeto de superação da exclusão e opressão de mais da metade da população brasileira, pois retira da invisibilidade e inscreve na história a participação política desse grupo humano.

Ao oferecer a oportunidade de escuta dos relatos de mulheres que fizeram parte do movimento feminista emancipacionista⁹ na cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, buscamos, por meio da memória individual de oito feministas, investigar qual a memória coletiva que emerge das narrativas dessas agentes históricas (HALBWACHS, 2013). Como essas mulheres se constituíram enquanto feministas? Quais aspectos das trajetórias de vida das entrevistadas contribuíram para a formação de uma consciência política e feminista? Como a memória sobre essa parcela do movimento feminista pode contribuir para a construção de uma identidade positiva sobre as mulheres e sua participação na política? Além disso, por que privilegiar a história oral como método para contar uma história das mulheres? Estas são as questões que propomos privilegiar nesta escrita.

disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

⁹ Beatriz Monteiro Lemos (2021) cita Loreta Valadares (1990) ao ressaltar que o feminismo emancipacionista compreende a opressão específica da mulher como intimamente ligada ao surgimento da propriedade privada e a divisão da sociedade em classes (LEMOS, 2022).

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 94-129, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

Para a realização das entrevistas,¹⁰ elaboramos um roteiro de perguntas que auxiliaram no desafio de responder as questões aqui apresentadas. Acreditamos que os problemas levantados por essa história resultem no encontro entre a história oral de vida dessas mulheres militantes com a história oral temática¹¹ sobre o movimento feminista em Caxias do Sul. Assim, o roteiro de perguntas foi construído no sentido de perceber quais aspectos de suas trajetórias de vida marcaram o despertar político e a constituição enquanto feministas. Esse roteiro era composto pelas seguintes perguntas: como você começou a se interessar por movimentos políticos e sociais?; como e quando você se percebeu feminista?; o que significa para você ser uma feminista emancipacionista? Também elaboramos questões referentes à temática do movimento de mulheres: quais eram as principais reivindicações e quais práticas e estratégias eram utilizadas? As narradoras que participaram dessa história são: Eremi Melo, nascida em 4 de fevereiro de 1965, natural de Vacaria/RS, metalúrgica e dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos; Ivani Teresinha Francisco de Lima, nascida em 24 de dezembro de 1957, é educadora e foi vice-presidente da União Brasileira de Mulheres (UBM) do Rio Grande do Sul e, atualmente, faz parte de outro movimento de mulheres chamado Ação da Mulher Trabalhista (AMT) ; Ivanir Fátima Perrone, nascida em 3 de outubro de 1959, em São Joaquim/SC, é dirigente do Sindicato dos Comerciários; Jocemar Conceição Barbosa, Joce, como gosta de ser chamada, nascida em 8 de dezembro de 1966, é auxiliar administrativa. Foi presidente e secretária da Associação de Moradores do Bairro Sagrada Família, em Caxias do Sul, vice-presidente e secretária-geral da União das Associações de Bairros (UAB), e umas das fundadoras da União de Mulheres de Caxias do Sul (UMCA); Joceli Aparecida de Queiroz, a Jô, nascida em 15 de março de 1965, em Caxias

¹⁰As entrevistas foram realizadas por Rúbia Hoffmann Ribeiro de forma presencial, em Caxias do Sul, em locais escolhidos pelas entrevistadas, durante os anos de 2019 e 2020. Todas as entrevistas foram transcritas e autorizadas pelas entrevistadas.

¹¹A história oral de vida é o gênero de história oral em que “trabalha-se com o ‘protagonismo narrativo do colaborador’”. Já a história oral temática “tem sempre um assunto central a ser focalizado e trabalha com versões interpretativas organizadas por redes de colaboradores” (MEIHY, 2020. p.67-69).

do Sul, é telefonista, atual presidente da UBM Caxias do Sul e coordenadora do Conselho Municipal de Direitos da Mulher (COMDIM); Lourdes Zobot, nascida em 25 de julho de 1957, na cidade de Casca/RS, formada em Relações Públicas, ex-presidente da UBM Caxias do Sul; Mari dos Santos Nery, nascida em 7 de junho de 1962, em Caxias do Sul, é aposentada e ex-presidente da UMCA; Solange Silva Carvalho, nascida em 8 de novembro de 1961, em Caxias do Sul, é professora de História e dirigente do 1º Núcleo do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do (CPERS).

1.História das mulheres e oralidade

No intuito de publicizar, neste artigo, a experiência de uma escuta sensível às vivências feministas deste grupo de mulheres de Caxias do Sul, evocamos Michelle Perrot quando afirma não serem as mulheres “passivas nem submissas”. Segundo a historiadora:

A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (PERROT, 2006, p. 212).

Se há um consenso hoje em dia de que a história de grupos marginalizados e/ou “excluído” e a imagem construída sobre esses foram criadas, em grande parte, através do ponto de vista de indivíduos privilegiados e do sexo masculino, o que acaba acarretando distorções, cabe o cuidado das pesquisadoras e dos pesquisadores em não reproduzi-las.

De acordo com Marta Gouveia de Oliveira Rovai, é importante que historiadores e historiadoras promovam “o diálogo e a reflexão sobre experiências diversas, múltiplas, que sempre existiram, apesar de ignoradas” (ROVAI, p. 193-194). A publicização de suas histórias, pelo ato da escrita e do

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 94-129, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

diálogo, não significa “trazer à tona a verdade guardada sobre elas, mas colaborar para colocá-las diante do mundo, passar por diferentes debates epistêmicos, agindo sobre eles e reivindicando os direitos de visibilidade, conhecimento e reconhecimento”. Para Rovai, ao oportunizarmos a sociedade o conhecimento e o entendimento de versões distintas, de “histórias e memórias”, valorizamos “o que parece perdido e insignificante”. Entretanto, a estudiosa alerta sobre os perigos do trabalho de publicização de histórias se inscrever numa lógica equivocada ao atribuir aos membros de determinados grupos o lugar de “vítimas” que seriam “socorridas” e “tornadas visíveis” pelo olhar “e por ações de intelectuais bem-intencionados”. Segundo a autora,

Muitos grupos não são, e muitas vezes não se consideram como “os de baixo”, os “subalternos”, os “excluídos”. Sentem-se, pelo contrário, como grupos cuja identidade é fortalecida por suas relações de sociabilidade e sua própria dinâmica de valores. Promover a publicização de suas histórias revelando o que consideramos um processo de opressão, reduzindo-as a isso, pode acarretar o sério risco de reafirmar estigmas e “desempoderar” comunidades (ROVAI, 2018, p. 193-194).

Mais do que a narração do fato, a história oral, como método, “diz respeito ao lugar e o significado do evento dentro da vida dos narradores”, conforme assinala Alessandro Portelli (PORTELLI, 2016, p. 12). São as/os narradoras/res que, no ato de lembrar, atribuem significado e valoração às suas experiências de vida e aos seus lugares sociais.

Destacamos que a noção de subversão é a tônica ao se associar feminismo e história oral. Subversão, pois o feminismo vem, desde o início do século XX, conquistando e exigindo igualdade de direitos não somente na esfera pública, como também no âmbito privado, mudando a consciência das mulheres e da sociedade como um todo. A história oral, por sua vez, é subversiva, pois além de promover a escuta de atrizes e atores sociais “excluídas/os”, ao recordar, o indivíduo reavalia, ressignifica e atribui significados aos fatos de sua vida. Isso possibilita a formação de uma

consciência política e da própria identidade de indivíduos e grupos sociais. Como melhor ilustra Loreley Garcia: “Na história de vida das mulheres encontramos momentos de descoberta que colocam em xeque a identidade atribuída, produzem uma nova consciência sobre si mesma, assumem um novo papel, propiciam o nascimento da solidariedade entre as mulheres” (GARCIA, 2004. p. 553).

A história oral de vida não deve ser confundida como um registro transparente de um contexto, ou a simples narração de fatos da vida de uma pessoa. Conforme Daphne Patai, ao rememorar, as mulheres atribuem significados aos acontecimentos de suas vidas, construindo um “eu” para si mesmas, entendimento que a autora busca em Agnes Hankiss:

A imagem do eu nunca é um mero reflexo das experiências ligadas ao eu: ela inclui uma resposta específica ao “porquê” do desenvolvimento do eu. Cada qual constrói sua teoria a respeito da história e do curso de sua vida, buscando classificar seus sucessos, dons e escolhas pessoais, elementos favoráveis e desfavoráveis em seu destino, de acordo com um princípio explicativo coerente; buscando incorporá-los dentro de unidade histórica. Em outras palavras, todos tentam, de uma forma ou de outra, reforçar sua própria ontologia (PATAI, 2010. p. 60).

Essa perspectiva contribui para refletir acerca de como as memórias narradas por essas militantes em Caxias do Sul estão ancoradas na busca por uma identidade feminista. Assim, considerações a respeito da memória contribuem para o entendimento das trajetórias e da construção da identidade feminista das protagonistas deste estudo.

Joël Candau defende que identidade e memória estão interligadas em uma relação dialética. Buscamos na memória do nosso passado elementos para afirmar nossa individualidade, ao mesmo tempo, em que a busca identitária influencia na evocação de memórias, através de estratégias como esquecimentos, interpretações e ajustes:

Se a memória é “geradora” de identidade, no sentido que participa de suas construções, essa identidade, por outro lado,

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 94-129, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

molda predisposições que vão levar os indivíduos a “incorporar” certos aspectos particulares do passado, a fazer escolhas memoriais, [...] que dependem de representações que ele faz de sua própria identidade, construída “no interior de uma lembrança” (CANDAUI, 2012. p. 19).

Destacamos, ainda, a importância da noção de gênero para os estudos sobre história das mulheres. Assim, na busca por explicar as origens da opressão feminina e, como aponta Silva, para romper com a invisibilidade da mulher na historiografia e superar paradigmas tradicionais do conhecimento, que determinavam uma categoria universal de sujeito, pesquisadoras feministas desenvolvem a categoria de gênero (SILVA, 2008, p. 223-231). Para Maria Lygia Quartim Moraes,

No decorrer dos anos 90, em decorrência do impacto político do feminismo e de novas perspectivas de análise, o uso da categoria gênero tornou-se mais frequente, sendo introduzido nas universidades e instituições acadêmicas em várias partes do mundo ocidental, inclusive o Brasil (MORAES, 1998).

Moraes ainda sinaliza que a construção da categoria gênero passou por algumas limitações semânticas, sendo muitas vezes utilizada como sinônimo de mulher em várias publicações científicas, em vez de ser utilizada para se referir ao aspecto relacional que o conceito tem, pois gênero tem implicações para ambos os sexos. Sobre isso, a autora demonstra que:

Enquanto que, em inglês, *gender* é um substantivo que designa exatamente a condição física e /ou social do masculino e feminino, a palavra gênero, em português, é um substantivo masculino que designa uma classe que se divide em outras, que são chamadas espécies. Existe, portanto, uma dificuldade semântica que confunde o leitor médio e que obriga, na verdade, a uma constante necessidade em definir o que seja gênero, sempre que utilizamos tal categoria em português (MORAES, 1998, p.101).

Dessa forma, é a definição de gênero desenvolvida por Joan Scott que utilizamos para a presente análise. Joan Scott, ao analisar as principais produções que pretendiam definir o conceito de gênero e ao identificar

reducionismos, determinismos e outros problemas relacionados ao termo, desenvolveu a seguinte definição de gênero: “é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 71-99). Gênero é constituído por símbolos culturais e conceitos normativos que se expressam na religião, educação, política, entre outras instituições e doutrinas, formando e reproduzindo oposições binárias que definem o que se entende por homem e mulher.

Assim, a oportunidade de escuta das narrativas orais dessas feministas favorece o reconhecimento de quais aspectos de gênero, raça e classe¹² perpassam a trajetória de vida de cada uma delas; as semelhanças e as contradições dentro do grupo, as características que formam o quadro social desse grupo; o momento de despertar para a luta política e social e como se descobriram feministas. Em outras palavras, permite chegar a uma identidade e memória do grupo feminista de concepção emancipacionista de Caxias do Sul.

2. Da redemocratização nasce a UMCA: as estratégias e práticas políticas de mulheres

Realizar estudos mais aprofundados ou até mesmo uma simples cronologia de todos os grupos feministas ou de mulheres que existiram em Caxias do Sul é uma importante tarefa que ainda está por ser feita, pois essa é uma função que excede os limites dessa investigação. Além disso, se a história do feminismo em Caxias do Sul é assunto ainda pouco tratado, seus discursos, concepções e heterogeneidades são ainda mais ignorados.

¹² Segundo Bruna Letícia de Oliveira dos Santos e Marina Camilo Haack, “Pesquisar e escrever sobre a história das mulheres pela perspectiva de gênero é pensar a constituição das vivências dessas agentes em suas relações sociais pelo tempo e espaço como experiências marcadas pelo fato de terem sido mulheres. Do mesmo modo, para compreendermos as estruturas econômicas e as relações políticas, considerar o gênero, bem como a classe e a raça, é de suma importância, pois tais dimensões são conformadas a partir dos mencionados marcadores. [...] Ou seja, as e os indivíduos não são constituídos e significados socialmente de modo universal, e é necessário atentarmos para isso”. (SANTOS; HAACK, SCOTT, Ana S. V., CARDOZO, José Carlos da Silva e DA SILVA, Jonathan F. (Org) 2022, p.246).

A análise aqui apresentada se situa na concepção emancipacionista de feminismo. Essa concepção de feminismo deu origem a duas entidades: a União Caxiense de Mulheres (UMCA) e a União Brasileira de Mulheres (UBM). A UMCA, fundada em 1982, chegou a ter duas mil filiadas na cidade. Nessa organização, diversas mulheres, lideranças do movimento comunitário, sindical, estudantil e de partidos como Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido do Trabalhador (PT) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), iniciaram sua militância. Posteriormente, com a redemocratização e com o próprio amadurecimento do movimento feminista, surgem outros coletivos, como a Marcha Mundial de Mulheres, a Ação da Mulher Trabalhista, o Coletivo Classista Ana Montenegro, o próprio Fórum de Mulheres, que agrega representantes de várias entidades feministas e de mulheres na cidade e a própria UBM que é, na verdade, resultado da unificação das entidades emancipacionistas de todo o país, processo do qual a própria UMCA participa.

Portanto, tratamos aqui da formação da UMCA e a posterior transição da entidade para UBM. A partir dessa concepção de feminismo, esperamos colaborar para a iniciar a construção da trajetória feminista em Caxias do Sul, a partir das narrativas orais das entrevistadas. Como bem nos informa Portelli, “entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas” (PORTELLI, 1997. p. 31). Até o momento deste estudo, antes da fundação da UMCA, em 1982, não encontramos registros da existência de grupos feministas na cidade. Podemos situar o surgimento da UMCA e da UBM, no contexto marcado pela luta das mulheres, em torno da redemocratização do país.

A abertura política e a Anistia, decretada em 1979, abrem novas possibilidades para o movimento feminista. Se antes os primeiros grupos feministas se mantiveram no espaço privado para debater a questão das mulheres, com a abertura política, elas passam a ocupar o espaço público para

reivindicar respostas a problemas antes considerados de cunho privado-íntimo (PINTO, 2003. p.67).

Identifica-se o surgimento de novos grupos feministas pelo país. Esses grupos podem ser encaixados em algumas tendências, por exemplo, como grupos temáticos, que além de produzirem conhecimento sobre as demandas e a condição de vida das mulheres, contavam com a atuação de profissionais que prestavam serviços como assessoria jurídica, assistência psicológica, social e médica para mulheres vítimas de violência ou sobre questões voltadas para a saúde da mulher. Celi Regina Jardim Pinto identifica nesses grupos um “feminismo profissionalizado das Organizações Não Governamentais (ONGS)” (PINTO, 2003. p. 81). Desses grupos, destaca-se a atuação da SOS São Paulo (1980), SOS Rio de Janeiro (1981) e SOS Porto Alegre (1981), voltados para a temática da violência, e o SOS Corpo de Recife (1980), voltado para a saúde da mulher.

Ivani, uma das mulheres que representam o movimento em Caxias do Sul, assim se refere à criação da UMCA:

A UMCA foi criada nos anos de 1980, eu não lembro bem se foi 82, 83, foi mais ou menos nessa época. Eu acho que a gente sentou e viu que as mulheres precisavam participar da política, participar do bairro, participar do teatro. E a gente viu que as mulheres estavam sendo agredidas nessa época, não era tão evidente, mas a gente sabia que isso acontecia. Porque a gente conhecia alguns presidentes de bairros, e sabia que isso estava acontecendo. O que a gente pensou? Pra gente conseguir combater isso, a gente vai ter que se unir! Então, foi aí que se criou a UMCA. A UMCA se criou com vários segmentos, eram várias mulheres, de vários locais, de várias tendências políticas que criaram a UMCA. Foi aí que a gente criou a UMCA, vendo a necessidade de nós, mulheres, irmos pra rua.¹³

Se durante os anos de 1970 a luta, por questões amplas da sociedade, como a democracia, não deixavam espaço para as mulheres pautarem questões específicas - já que tanto a direita, como a esquerda censuravam esses debates

¹³ Salientamos que optamos por preservar os traços de oralidade ao realizar a transcrição das entrevistas.

- o processo de abertura política vem favorecer as reivindicações feministas. As falas de Lourdes e Jô demonstram o encontro das pautas específicas das mulheres com questões amplas da sociedade. Lourdes afirma que:

Na redemocratização e na Constituinte, principalmente, houve um envolvimento grande das mulheres. A Constituição que saiu em 1988, que a gente chama de Constituição Cidadã, foi um avanço para sociedade da época. Foram várias as conquistas, e aí se percebeu que as mulheres estavam na luta, mas também o que se viu? Que as mulheres, além de ter a luta geral por emprego, saúde e educação, têm as suas lutas específicas: a questão de lutar contra a dupla jornada de trabalho, da desigualdade salarial, a luta por creche. Eu lembro que, na época, a gente chamava de "equipamentos públicos" que a gente queria buscar, não apenas as creches. A creche tu precisa, porque a mulher tem que sair pro mercado de trabalho com a industrialização, mas não tem condições. O Estado não dá condições pra essa mulher, a gente lutava por equipamentos, não só a creche, como lavanderias públicas, como restaurantes populares, restaurantes públicos para tirar a questão da dupla jornada. Ela [a mulher] vai pro mercado de trabalho, mas daí ela tem que fazer a comida, fazer o café, o almoço, a janta, lavar a roupa... Então a gente lutava pra essas questões também.¹⁴

Em sua entrevista, Jô menciona que:

Quando a UMCA vem a surgir o país passava por uma situação econômica muito difícil. Então as bandeiras principais eram isso, claro, as velhas bandeiras de creches, salários igualitários, aquela questão toda, mas justamente a gente defendia muito a questão da soberania. E já na época se tinha muito de incentivar as mulheres a participar da política. E como o país vinha com inflações altas, tinha movimentos, assim, específicos de mulheres, inclusive nos mercados, fiscalizando, porque era uma coisa, assim... absurda.¹⁵

A UMCA surge em meio ao processo de redemocratização do país, que é marcado por uma intensa mobilização das mulheres. Como apontado pelas narradoras, o país saía da ditadura civil-militar e estava mergulhado em uma crise econômica marcada pela hiperinflação. A partir dos relatos, podemos

¹⁴ ZABOT, Lourdes (65 anos). (Set/2019). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 30 de setembro de 2019.

¹⁵ QUEIROZ, Joceli Aparecida de (57 anos). (Out/2019). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 23 de outubro 2019.

perceber que a entidade tinha a preocupação em conciliar questões específicas da mulher com questões amplas da sociedade. Entre as principais reivindicações, é possível observar: a necessidade de creche, o combate à violência contra a mulher - concretizado na busca por casas de acolhimento e delegacias de atendimento especializado para as vítimas-, a participação política, a igualdade no mercado de trabalho e a igualdade de gênero. Entre as pautas de alcance amplo constavam a luta por soberania nacional, pela emancipação da sociedade, pelo fim da carestia, entre outros.

A partir dos anos de 1970, há um significativo aumento da participação feminina no mercado de trabalho e não à toa a creche se torna uma pauta prioritária para o movimento de mulheres. Afinal, a inserção da mulher no mercado de trabalho não alterou os tradicionais papéis atribuídos às mulheres: mãe, esposa e dona de casa. Pelo contrário, as mulheres ficaram sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho. O movimento de mulheres passou a defender que o cuidado com as crianças não é dever exclusivo das mães, mas de toda a sociedade, inclusive do Estado. Conforme Teles, em 1979, ocorre o I Congresso da Mulher Paulista, que dá origem ao Movimento de Luta por Creche, que se espalha para outras cidades e estados (TELES, 1993. p. 104-105). Joceli conta sobre as questões que pautavam o grupo em Caxias:

A questão das creches era uma coisa muito evidente, porque, na época, não tinha essa situação de escolinhas, de creches, não tinha... Se hoje a gente já tem dificuldade para uma questão de uma creche pública, na época não tinha... praticamente era inexistente. Então essas eram as situações, questões da saúde da mulher, questão das DSTs, inclusive até questões do amor às vezes eram discutidas. Como a questão do aborto é muito polêmica, às vezes era discutida em uns grupos menores.¹⁶

Embora o polêmico tema a respeito do aborto fosse uma pauta das feministas, é importante lembrar a proximidade de setores da Igreja Católica com movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

¹⁶ QUEIROZ, Joceli Aparecida de (57 anos). (Out/2019). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 23 de outubro 2019.

(MST) e do próprio movimento de mulheres. Em Caxias do Sul, houve grande contribuição da Pastoral da Mulher e do Padre Roque Grazziotin, liderança política da cidade, na defesa de reivindicações como o fim da violência contra a mulher. Entre as narradoras, Joce e Mari são oriundas da Juventude Operária Católica. Essa aproximação da Igreja com o movimento feminista pode ter influenciado na forma como o tema era enfrentado, a exemplo dos debates para grupos menores, mencionados por Jô. Ainda sobre a questão da saúde, Mari destaca a implantação do Plano Integral da Saúde da Mulher:

A gente lutou muito na cidade, não sei se vocês chegaram a escutar falar do PAISM, que é Plano Integral da Saúde da Mulher. Nós tínhamos isso, que a mulher precisava ter o acompanhamento na saúde em toda a plenitude, desde a adolescência até a velhice, que isso teria que ser gratuito. A gente lutou muito por isso, a Casa Viva Raquel, a Delegacia da Mulher, a própria implantação do SUS [Sistema Único de Saúde], que foi lá no final da época de 80. Nós, enquanto mulheres, enquanto entidade, também participamos muito das reuniões, a nível de estado, para que tivesse implementação do SUS no país, gratuito, a gente fez parte dessa luta.¹⁷

O PAISM, lembrado por Mari, é ressaltado por Pinto, como uma importante luta do movimento feminista:

O PAISM foi sem dúvida uma das mais bem-sucedidas intervenções de um movimento social organizado na esfera das políticas públicas. O programa abrangia todas as fases da vida da mulher, da adolescência à velhice, tomando em consideração aspectos não apenas biológicos, mas também sociais, das condições em que a maioria das mulheres viviam (PINTO, 2003, p. 84-85).

A violência, por sua vez, era tratada como assunto de marido e mulher, e as vítimas tinham suas respectivas conduta e moral questionadas. Em 1976, Ângela Diniz é assassinada pelo namorado, Doca Street, que não aceitava o fim do relacionamento. Quando foi a julgamento, a defesa usou o argumento de legítima defesa da honra e Doca Street foi absolvido. A pressão do movimento

¹⁷ NERY, Mari dos Santos. (60 anos). (Fev/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 19 de fevereiro de 2020

feminista levou a um novo julgamento e a condenação de Street. Esse episódio é ilustrativo sobre como a violência contra a mulher era negligenciada pelo conjunto da sociedade. Ivani Lima lembra da união entre as mulheres na luta contra a violência:

Na época, e acho que a bandeira que a gente traz até hoje, é igualdade de gênero, igualdade e emancipação, a participação na política. A gente vem desde os anos 80 querendo participação. Hoje nós queremos a igualdade, nós não queremos somente as cotas [eleitorais] nós queremos um lugar no Parlamento também, não adianta ter cotas e a gente não ser eleita, nós queremos a igualdade de homens e mulheres mesmo na política. E também uma bandeira nossa era a Delegacia da Mulher, essa era uma bandeira principal da gente, e a gente fez muita passeata, a gente bateu panela. Celular não existia, existia telefone residencial e era pouca gente que tinha e, mesmo assim, a gente se reunia 50... 60 mulheres, até mais, na praça e uma ia passando pra outra e passando pra outra e a gente se reunia e batia panela. E a Delegacia da Mulher, eu me lembro que desde essa época a gente batia panela, porque a gente queria a Delegacia e muita gente dizia: "a gente nunca vai conseguir", lá nos anos 80. Mas a gente conseguiu e conseguiu por causa da união das mulheres. Eram jovens, eram senhoras de idade, era meia idade, era sempre junto. A UMCA não tinha dinheiro na época, dinheiro nenhum de onde tirar, e a gente fazia eventos para arrecadar dinheiro, pra fazer isso, fazer aquilo¹⁸.

Mari revela a participação da UMCA na conquista da Casa Viva Raquel na cidade, entidade destinada ao acolhimento de mulheres vítimas de violência:

Nós participamos, há 20 anos, pra criar a Casa Viva Raquel, eu e a companheira Abigail Pereira [liderança da UBM], a gente fez parte da comissão que foi atrás de abrir a casa, pra alugar, fizemos tudo isso. Agora eu não lembro, mas no final da década de 80, acho que 88 ainda, tinha fechado em Caxias o Conselho da Mulher. Aí a gente fez uma luta grande, e ele passou a existir, e deixou de existir de novo e voltou a ter de novo, acho que na década de 90¹⁹.

¹⁸ LIMA, (65 anos). (Set//2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS.30 de setembro de 2020.

¹⁹ NERY, Mari dos Santos. (60 anos). (Fev/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS.19 de fevereiro de 2020.

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 94-129, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

Foram frutos da luta dessas mulheres: a Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres (DEAM), instituída em 1988; o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), criado em 1988 e reativado em 1997; a Casa de Acolhimento Viva Raquel e a Coordenadoria da Mulher, ambas em 1999. A presença da UMCA nos conselhos da mulher pode ser entendida como uma estratégia de luta do grupo.

Outras estratégias e práticas políticas utilizadas pela UMCA/UBM foram as manifestações na rua, abaixo-assinados, organização do Dia 8 de Março, visitas a prefeitos e vereadores, como lembra Lourdes:

A gente enchia a Júlio de Castilhos [principal avenida da cidade] com muitas passeatas pra conquistar a delegacia, pra conquistar a casa Viva Raquel. Cada 8 de março tinha uma pauta como principal, então a gente fazia muitas caminhadas na praça. A gente ocupava a praça, levava o megafone, pegava uma caixa de som. Muitos, a gente fez muito movimento assim. E era legal que as pessoas iam, participavam, era uma época boa. As pessoas sentiam necessidade e sentiam que precisavam ir à luta pra conquistar alguma coisa, que só com a luta tu conquistava. Hoje eu vejo que é difícil de organizar até as mulheres da UBM. Tem muita dificuldade. Claro que sempre teve dificuldade de reunir, de fazer reuniões. As mulheres têm que cuidar dos filhos, têm o trabalho, têm uma série de questões. Mas quando a gente fazia esses movimentos de rua, ali, era legal porque eu lembro, assim, de passeatas grandes, com faixas. Uma vez, a gente, todas de branco, nossa, foi lindo... foi lindo! Se fazia abaixo-assinado também, fazia visitas pro prefeito, fazia visitas pra Câmara de Vereadores.²⁰

Como mencionado anteriormente por Mari, outra prática dessas organizações é a de manter núcleos de mulheres em diferentes frentes: nas universidades, nos movimentos comunitários, nos movimentos sindicais. Dentre esses núcleos, o movimento sindical ganha destaque. Segundo Mari, a atuação no movimento sindical era fundamental, afinal, "como uma mulher se sente

²⁰ ZABOT, Lourdes (65 anos). (Set/2019). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/ RS. 30 de setembro de 2019.

empoderada? Quando ela tiver emprego!”²¹. A entrevistada destaca a importância do trabalho na vida da mulher para que ela “[...] possa se sustentar, possa ir e vir. Então tem que atuar em todas essas áreas. É uma coisa fundamental, que a UBM sempre diz: nós não vamos emancipar a humanidade se nós não emancipar as mulheres”²².

A disputa de ideias era uma das estratégias dessas feministas, que organizavam grupos de teatro, promoviam debates, enviavam notas aos jornais para opinar sobre vários temas, participavam de congressos, encontros e outras atividades de formação. O grande êxito dessa estratégia foi o programa de rádio da UMCA, lembrado por Solange como um marco da organização:

Ah! Eu tenho que falar uma coisa importantíssima que a União de Mulheres, a UMCA, fez em Caxias: nós fizemos um programa na rádio São Francisco que ficou dois anos no ar. O programa “Presença da Mulher”. Primeiro ano acho que foi 90, 91. No primeiro ano, ele foi das onze ao meio dia e o segundo ano foi da uma da tarde às duas da tarde. [...]Eu lembro que uma vez eu cheguei em casa, meu filho tinha seis meses, cheguei às dez da noite de uma reunião, deu um quebra pau lá com meu marido, um mala, louco, histérico, porque teve que pegar o filho na creche e eu cheguei às dez da noite de ônibus, correndo, e, na época, algumas vezes, a gente se reunia na minha casa, porque a gente fazia a produção, tinha que fazer a apresentação, buscar patrocínio, [ri] buscava prêmios dos patrocinadores, tinha tanta audiência que a gente conseguiu ficar um ano e pouco, daí o pessoal do CDL [Câmara dos Dirigentes Lojistas local] foi tanta, tanta pressão que a São Francisco disse: “gurias, eu não tenho mais como, eu vou perder o patrocínio de outros programas”. [...]Os empresários não quiseram mais patrocinar. A gente estava numa briga com o sindicato dos comerciários pela não abertura no sábado à tarde, então começou uma briga pública, política, muito grande e a gente não conseguiu manter.²³

²¹ NERY, Mari dos Santos. (60 anos). (Fev/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS.19 de fevereiro de 2020.

²² NERY, Mari dos Santos. (60 anos). (Fev/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS.19 de fevereiro de 2020.

²³ CARVALHO, Solange Silva. (61 anos). (Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 18 de agosto de 2020.

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 94-129, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

Além da disputa de ideias através das notas para a imprensa, dos debates nos bairros e sindicatos e o programa de rádio, a UMCA promovia uma premiação intitulada “Mulheres Destaques”, uma forma de valorizar e dar visibilidade para as mulheres da cidade.

Nos debates promovidos pela UMCA, entre as convidadas, constavam militantes de Uniões de Mulheres de outras cidades e estados. Esse contato contribuiu para as estratégias utilizadas pela UMCA. Sobre isso, Mari conta que:

As Uniões de Mulheres surgiram ali pelos meados de 1980, não só em Caxias, porque lá em 1980 e poucos já tinha a União de Mulheres de Goiás, a União de Mulheres de São Paulo, a gente foi trabalhando essa ideia a nível de país. Em 1988 foi fundada a União Brasileira de Mulheres, quando a gente passou a trabalhar mais o conjunto de Brasil, porque o que a gente precisava? Precisava botar as mulheres [a] lutar e a gente participou, aqui de Caxias, em vários congressos nacionais da UBM. Nós continuamos UMCA... Até 2000 era UMCA. Agora é que a gente passou a adotar mais o nome UBM Caxias, União de Mulheres de Caxias. A gente pensou assim, não basta só filiar as mulheres, porque a nossa ideia da UBM tem que estar incutida em todos os setores, em todos os lugares, na associação de bairro, no sindicato, nos estudantes, na universidade tem que ter mulher que tem o pensamento emancipacionista. A gente passou a fazer núcleos, tem o núcleo da UBM no movimento sindical, entre as e os estudantes, com as mulheres donas de casa, com as UAB's, a gente passou a fazer isso ²⁴.

Dessa maneira, várias Uniões de Mulheres espalhadas pelo país e que se identificavam com essa concepção de feminismo unificaram-se com o nome de União Brasileira de Mulheres. Mari revela que a UMCA era muito reconhecida na cidade e, por isso, demorou a trocar definitivamente o nome da entidade para UBM Caxias do Sul.²⁵

A UMCA foi uma entidade que conseguiu aglutinar mulheres de diferentes vertentes políticas. A instituição, inclusive, chegou a ter duas mil

²⁴ NERY, Mari dos Santos. (60 anos). (Fev/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS.19 de fevereiro de 2020.

²⁵ NERY, Mari dos Santos. (60 anos). (Fev/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS.19 de fevereiro de 2020.

filiadas, um número muito expressivo, que deve ser visto à luz de um contexto de grande efervescência política que caracterizou os anos da redemocratização. À medida que a luta das mulheres foi conquistando direitos associada com o amadurecimento do movimento feminista na cidade, é possível verificar uma tendência em diminuir o número das filiadas, pois foram se constituindo outros grupos feministas autônomos, ligados a partidos políticos ou departamentos de mulheres dos movimentos sindicais, comunitários, entre outros, um verdadeiro processo de pluralização do movimento feminista de Caxias do Sul. Ivani, por exemplo, que foi uma importante liderança da UMCA/UBM, chegando a ser vice-presidente estadual, deixou de fazer parte da UBM, para participar de em um grupo de feministas ligado ao PDT, partido do qual faz parte.

3. Ser feminista: “*eu posso estar no lugar que eu quiser*”

Neste momento, voltamos à epígrafe deste texto, lugar em que expressamos o argumento de Elias de que a “*pessoa está em constante movimento; ela não só atravessa um processo, ela é um processo*” para o entendimento dos significados atribuídos por estas mulheres acerca de suas constituições e percepções de uma identidade feminista. As narradoras apresentam episódios em que o racismo, o sexismo, as desigualdades no mundo de trabalho e a falta de condições dignas de moradia em suas comunidades são aspectos que estão relacionados com a tomada de consciência e iniciativa política.

Eremi Melo, nascida em Vacaria/RS, mudou-se com sua família para Caxias do Sul na década de 1970e, aos 14 anos, já trabalhava em uma fábrica de cortinas. Moradora da zona norte da cidade, ela lembra que foi mobilizada a atuar no movimento comunitário ao se deparar com a inexistência de saneamento básico no bairro Fátima: “a minha rua não tinha esgoto nem água encanada. Então o esgoto da nossa rua a gente teve que fazer uma luta, fazer abaixo-assinado pra conseguir. Foi participando desses movimentos que eu

cheguei até o movimento sindical e o de mulheres”²⁶. As memórias do racismo e sexismo sofridos por Eremi no trabalho executado em grandes empresas da cidade são pontos que atribui a sua tomada de consciência política:

Quando eu comecei a trabalhar aqui na Maesa, na Mundial e na Pettenati, havia tipos de trabalho, por exemplo, que não eram tão sujos, era trabalho limpo. Então apareceu uma vaga para embalagem lá na Pettenati, bem específico de lá e a gente se inscrevia, era uma seleção interna. Eu me inscrevi e, na época, eu não fui selecionada, porque eu sou negra. E lá na Pettenati, no meu setor, nós éramos três mulheres negras que trabalhavam na revisão das peças e na embalagem. Porque as outras negras que trabalhavam lá, trabalhavam no vapor, que era um serviço horrível, na limpeza dos banheiros... Não tinha costureira negra, só auxiliar que juntava as peças que elas costuravam e isso me marcou bastante. E na Mundial foi um processo desse. Foi o chefe, no caso, bem específico da chefia na época, que ele não me colocou a fazer um trabalho que ele “ah, eu acho que não vai dar certo”. Tu fica vendo que aquelas coisas é em função de tu ter um cabelo crespo, tu sente isso.²⁷

Os espaços de diálogo entre as mulheres trabalhadoras permitiram que os casos de assédio sexual e a negligência sobre as denúncias e a culpabilização das vítimas fossem questionados e reconhecidos como problemas coletivos. Eremi conta que:

Tinha uma colega, a gente pegava o mesmo ônibus às 18h30min e ela trabalhava numa empresa que eles faziam calça jeans. Aí tinha um cara que, com o ônibus sempre cheio, “pegava nós pra Cristo”. Ele sabia a parada que a gente pegava e ele se posicionava atrás de nós e ele tinha uma mania de ficar se esfregando em nós. Um dia eu disse pra ela: “sabe o que nós vamos fazer? Nós vamos pegar uns alfinetes...”. Daí era inverno e nós colocamos, assim, dentro da manga o alfinete, quando ele veio, a gente ficava do lado, ele se esfregava nela e se esfregava em mim, nós pegamos com a manga aqueles alfinetes, aqui [demonstra com gesto], e ela no mesmo momento, e nunca mais...foi assim que nós resolvemos o problema. Agora se a gente fosse falar, na época, era porque “a gente se oferecia”,

²⁶ MELO, Eremi. (58 anos). (Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 18 de agosto de 2020.

²⁷ MELO, Eremi. (58 anos). (Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 18 de agosto de 2020.

“porque tava com uma calça não sei o que”, essas coisas. Quando a gente ia pra reunião, quando a gente tá começando no movimento, acha estranho, ouve algumas coisas... A gente começa: “mas isso já aconteceu comigo”. Quando a gente começa a perceber isso, opa!, a gente começa a fazer a luta.²⁸

Assim como Eremi, Ivani Lima veio para Caxias do Sul em busca de emprego. O racismo no mercado de trabalho também é lembrado por ela e é atribuído ao seu despertar político junto à defesa de direitos da sua categoria de trabalho:

Eu sou natural de Vacaria. Em 1980, eu vim a Caxias em busca de trabalho, porque quem conhece [Vacaria] sabe que é uma cidade pequena, e ela quase não tem trabalho. Vim morar com a minha irmã de criação, soltando currículos. O meu cunhado na época arrumou um serviço pra mim no mercado de Caxias. O mercado era bom na época. Anos 1980, quem tinha ensino médio era quase doutor [risos]. E ele arrumou pra mim no supermercado e, na hora da entrevista, eu não fui aceita porque eu era negra. Então aquilo vai te envolvendo, te revoltando, porque... puta merda! Desculpa o palavrão. Mas a minha cor, a avaliação não é a minha capacidade, mas sim a minha cor! E depois o meu cunhado arrumou pra mim na antiga Comai, que é a Comissão Municipal de Amparo à Infância, onde a gente trabalhava com os meninos de rua, era criança e adolescente, com escolas infantis, e eu fui pra uma escola infantil. E nessa escola infantil, eu acabei conhecendo a Abgail e a gente ficou muito amiga. No começo, ela era muito nariz empinado. “Bah, não gosto dessa mulher, né?” Mas a gente acabou ficando amiga, e eu morava de aluguel na época. Eu fui morar de aluguel no pai dela. E a Biga era uma mulher política, ela era assessora da Raquel Grazziotin [vereadora em Caxias], já trabalhava, estava envolvida na política. E aí, cada vez, eu fui me envolvendo mais, cada vez me envolvendo mais... Primeiro porque nós lutávamos pelo Plano de Carreira dentro da Comai, lutando pelo plano de carreira, daquilo ali tu vai te envolvendo, fui me envolvendo e fui cair aonde? No movimento de mulher, eu vou confessar pra vocês que, no começo, eu não gostava do movimento de mulheres, por quê? Porque eu sou muito imediatista, eu quero pra agora. E hoje eu já aprendi com as mulheres que tudo tem o seu tempo, que tu tem a tripla jornada de trabalho, tu tem casa, tu tem marido, não sei o quê, então não é sempre que tu vai, mas a gente tem que ter

²⁸ MELO, Eremi. (58 anos). (Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 18 de agosto de 2020.

paciência, aí que foi meu começo, meu envolvimento nos movimentos e na política.²⁹

A fala de Ivani sobre como, inicialmente, ela não havia gostado do movimento de mulheres, pois esse tem a peculiaridade de “que tudo tem seu tempo”, devido à dupla jornada de trabalho, dá indícios de algo recorrente nos relatos: o choque entre ser uma militante e ser a mulher “dona de casa-esposamãe”, esperada pela sociedade.

Joemar Barbosa tem uma trajetória de luta política muito atrelada ao movimento comunitário da cidade. Seu pai era da direção da Associação de Moradores do Bairro Sagrada Família e ela, com 10 anos, já o acompanhava nas reuniões da União das Associações de Bairros (UAB) que, no seu início, não tinha sede própria e muitas reuniões eram feitas a céu aberto. Assim como Eremi e Ivani, Joce aborda o racismo, e se mostra preocupada sobre os efeitos da imposição de um padrão branco de beleza na autoestima das crianças negras.

A mulher, a gente não vê pelo corpo, a gente vê a essência que ela tem. Então muito se perdeu nesse sentido de ser mulher, o que é ser mulher pra ti, o que é ser mais bela pra ti? Então, pra mim, bela é aquela mulher que acorda cedo, que leva a criança pra creche, escolinha, que pega o outro ônibus, vai trabalhar, que trabalha o dia inteiro, passa na escola, que pega criança, que volta pra casa, que passa no mercado... pra mim, essa é a mais bela mulher que tem. E, hoje, a sociedade impõe que a bela é a magra e a alta, loira, do olho azul, com lábio Angelina Jolie...Então até pras nossas próprias crianças é difícil explicar que elas são lindas. A nossa criança negra, principalmente. “Porque o teu cabelo é ruim”. Não! cabelo ruim não cresce na cabeça. Eu sempre digo isso. E eu tenho as minhas sobrinhas que tem o cabelo “tonhonhoim” que elas dizem. Nosso cabelo tem movimento, tem balanço. Então sempre nessa questão do racismo, da cor da pele, eu sempre tive isso com a minha família. A gente tem a cor linda, e o nosso cabelo é maravilhoso! A sociedade impõe muita coisa pras nossas crianças e é triste isso, porque a criança negra ou a branca, ela é criança. Ela não tem a maldade que o ser humano adulto tem, e

²⁹ LIMA, Ivani Teresinha Francisco de (65 anos). (Set//2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS.30 de setembro de 2020.

ela já começa a colocar na cabeça que criança negra é inferior. É bem complicado isso, e a gente tem que lutar a cada dia mais para que crianças negras e brancas realmente se criem normais. Porque é muito difícil, tu vê uma criança branca e uma negra, "o teu cabelo é estranho"; "não, o meu cabelo não é estranho!" E muitas mães, às vezes, têm esse medo de conversar com a criança ou, às vezes, passa despercebida essa questão, e a criança cresce nesse ambiente de preconceito³⁰.

O ideal de beleza branco exclui as mulheres negras, "arrimos de família", do mercado de trabalho formal sob o eufemismo da "boa aparência", uma violência que afeta a autoestima e a identidade das pessoas negras desde a infância. Sueli Carneiro faz um chamado à cumplicidade entre as mulheres ao criticar a universalidade de gênero que secundariza a opressão específica sofrida por mulheres negras. É necessário reconhecer a existência de privilégios entre as mulheres, entre esses privilégios, o padrão de beleza branco:

[...] há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens sobre as mulheres. Isso se torna mais dramático no mercado de trabalho, no qual mulheres negras são preteridas (no acesso, em promoções e na ocupação de bons cargos) em função do eufemismo da "boa aparência", cujo significado prático é: preferem-se as brancas, melhor ainda se forem louras (CARNEIRO, 2011. p.121).

Além da questão racial, Joce ainda destaca a dificuldade de conciliar a militância com relacionamentos afetivos heterossexuais e o preconceito por ser mãe solo:

Pra mim, a questão de ser negra, arrimo de família, antigamente diziam "mãe solteira", era muito preconceituoso, porque tu não tem um marido. Sim, mas eu não preciso de um marido. Eu fiz minha filha, eu tenho a minha filha que tá com 21 anos, fazendo Pedagogia. Claro que, de repente, por algum momento, ela sentiu a falta da figura paterna. Mas não, hoje é menos preconceito chegar e dizer assim: eu sou mãe solteira. Antigamente, falava "mãe solteira" já te olhavam, assim, com outros olhos. Então, eu tive preconceitos dentro do próprio movimento comunitário. Aquela questão, um homem tem que

³⁰ BARBOSA, Jocemar. (56 anos).(Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 21 de agosto de 2020.

estar ao lado. Eu batia muito nisso, porque eu não sou contra o casamento, mas cada um faz da sua vida o que acha que deve fazer. Tive minha filha, não me arrependo em nenhum momento. Quem sabe se eu tivesse casado, não sei se eu seria a mesma pessoa, porque, muitas vezes, um relacionamento começa a podar a sua atuação. Porque daí tu não pode estar em reunião às dez horas da noite, não que não possa, mas geralmente a sociedade... às dez horas da noite, tu numa reunião e o teu marido em casa. Então, eu acho que não daria certo até porque... a não ser que ele fosse também do movimento...porque é uma coisa que eu sempre disse nos meus relacionamentos: o movimento pra mim é em primeiro lugar.³¹

Se ver dividida entre manter uma relação afetiva ou permanecer atuando como militante é uma escolha que se impõe em diversos episódios narrados. Eremi lembra que a mulher militante é um desvio do padrão de mulher que temos em nossa sociedade:

Quando tu vai pra militância, que tu toma atitude, algumas pessoas parecem que sentem medo da tua presença, sabe?! Parece que tu é uma pessoa que impõe medo para algumas pessoas, pra outras, tu é uma pessoa que vai pra frente, vai pra cima. E lógico que isso, às vezes, na vida a dois, principalmente, isso pode causar um certo problema. Então tu descobre o que tu quer. Porque geralmente nas relações, e mesmo nos espaços quando, às vezes, tu vai falar em público, agora nem tanto, mas, no passado, quando uma mulher ia falar em público, quando ela pegava o microfone pra falar era aquele sorrisinho, aquelas gracinhas, aquelas coisas... Hoje em dia, se acontece isso, a gente já se impõe. Pra você associar uma mulher ao sindicato era muito mais difícil, pra elas virem em uma assembleia era muito mais. E eram as mulheres que participavam do movimento sindical, lá na década de 1980/90, elas eram muito malvistas. Eram vistas muito mais como prostitutas, porque, enfim, nós éramos vistas assim, entendeu?! Porque... imagina... tu saía de madrugada, o companheiro ia te buscar na tua casa, tu ia fazer uma "porta de fábrica", não tinha muito horário. Mas as mulheres, hoje nem tanto, mas naquele período, a gente era malvista porque era complicado tu ter um companheiro e outra pessoa ir lá na tua casa te buscar. Ai tu embarcava num carro de noite ou de madrugada, ou você voltava tarde da noite, entendeu?! Porque hoje a gente discute, têm os espaços, creche nas assembleias, creche pras reuniões, reunião são de noite,

³¹ BARBOSA, Jocemar. (56 anos).(Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 21 de agosto de 2020.

exatamente para que as mulheres possam participar. Porque, pra nós, de noite é sempre mais difícil. Vamos supor, a gente trabalha, daí tu sai do trabalho, tu pega teu filho e depois vai pra uma reunião, aí tu vai pra casa...Hoje, por exemplo, a gente já pensa assim: "ah, como que a gente vai fazer uma reunião para que as mulheres participem?" Porque a gente sabe que elas trabalham, elas estudam, elas têm filho. Há um tempo isso não era considerado.³²

Conforme o relato de Eremi, é preciso lutar pela adequação de espaços coletivos, para que a desigualdade na divisão do trabalho reprodutivo de nossa sociedade não impossibilite a participação das mulheres nos movimentos sociais. Ao afirmar que o trabalho doméstico "precisa de uma mão pra fazer", Eremi rompe com a ideia de que essa é uma função destinada apenas às mulheres.

Essa divisão sexual do trabalho também é fator de destaque na narrativa de Lourdes, que iniciou a militância no movimento estudantil universitário, e foi movida pelo processo de abertura política e de redemocratização. A imposição dos trabalhos domésticos e do cuidado com as crianças como papéis exclusivo das mulheres e a desigualdade salarial entre os gêneros foram fatores que a incomodaram e contribuíram para que ela se percebesse feminista:

Quando eu comecei a perceber, pô, tu trabalha num lugar, tu tem um salário, faz o mesmo trabalho, eu vivenciei isso. Eu fazia o mesmo trabalho, o meu colega de trabalho fazia o mesmo trabalho e o salário dele era maior. Mas por que tem que ser maior? Por que não posso ganhar igual? Porque é que só eu tenho que fazer o trabalho de casa? Eu lembro do meu pai e da minha mãe... A minha mãe trabalhava em casa, cuidava dos filhos, fazia comida, lavava roupa, fazia tudo e ia pra roça junto com o pai. O pai, eu não culpo ele, porque ele não conseguiu entender que ele tinha que ajudar. Agora, os meus irmãos já começaram a ajudar. A mãe tinha dupla, tripla, quádrupla jornada de trabalho, o pai não. Ele levantava de manhã, ia trabalhar, ia pra roça, tomava o café que a mãe fazia, ia pra roça, voltava, daí a mãe ia junto, depois voltava e fazia o almoço. Eu me questionava, mas por que essas diferenças? Por

³² MELO, Eremi. (58 anos). (Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 18 de agosto de 2020.

que isso, por que a carga tem que ser toda da mulher? E daí eu fui ver, me questionando sobre isso.³³

Os papéis sociais destinados às mulheres e reproduzidos no âmbito familiar também são pontos marcantes na trajetória da professora de História Solange. Ela lembra que começou a participar de movimentos coletivos em meio à ebulição da luta pela Constituinte, quando ainda era comerciária e entrou para o sindicato dessa categoria.

Meu pai, muito machista, tinha aquela visão que mulher era pra casar apenas. Então, como eu tinha me formado, era ótimo, eu ia ser professora, eu tava me formando... Eu entrei na faculdade, depois eu tranquei... Aí abriu o curso de História separado, História e Geografia, que antes era Estudos Sociais. Enfim, o meu pai entendeu sempre na vida dele que eu devia ser uma professora, olha que eu demorei pra decidir pra fazer, porque eu não queria, não queria ser influenciada, mas a vida foi me levando pra isso. E a minha família não gostava, ainda mais quando eu entrei no sindicato, que eu comecei a viajar pra lá e pra cá. Meu pai dizia horrores: "Tu é uma galinha". Eu dizia: "eu sou uma galinha, bem puta. O senhor pode dizer o que quiser. Porque eu sou puta mesmo, se é conforme o senhor pensa que puta faz isso, que puta luta, se o senhor acha que isso é ser puta, então sou bem puta". Eu continuava, porque daí eu já tinha uma certa independência econômica, eu trabalhava, agora, se eu só dependesse da minha família, acho que não seria possível.³⁴

Ofensas como "prostituta", "galinha" e "puta" foram muitas vezes dirigidas às narradoras e outras mulheres que ousaram se desviar do padrão imposto às mulheres de sua geração. Joce resume bem os principais adjetivos dirigidos às mulheres militantes: "As loucas, as mal-amadas, as que não tinham perspectivas de casamento, as que eram baderneiras, que eram alcoólatras, eram drogadas, era bem pejorativo o que eles pensavam da gente".³⁵

³³ ZABOT, Lourdes (65 anos). (Set/2019). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/ RS. 30 de setembro de 2019.

³⁴ CARVALHO, Solange Silva. (61 anos). (Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 18 de agosto de 2020.

³⁵ BARBOSA, Jocemar. (56 anos). (Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 21 de agosto de 2020.

As narrativas dessas feministas, que passaram a atuar em movimentos populares a partir do processo de abertura política e de redemocratização, demonstram uma permanência nessa imagem construída acerca das mulheres militantes. Até mesmo movimentos de esquerda viam com maus olhos as mulheres denominadas "feministas". Lourdes salienta como o termo "feminismo" é ainda mal compreendido na sociedade:

Eu estava conversando em um grupo que eu participo com professoras e professores de faculdade, do município e do estado. Elas estavam comentando sobre uma mulher: "Bah, ela é muito legal pena que é feminista!" Então, fui questionar: "O que é que vocês entendem por feminismo?" Por isso que eu falo em deturpar o feminismo: é aquela mulher que não quer saber de homem, que rasga sutiã...não é nada disso! O principal conceito de feminismo é igualdade! Nós queremos igualdade entre homens e mulheres, que mal tem isso? Vocês são feministas! Vocês não defendem ter salário igual? Sim. Vocês não defendem que a mulher não tem que ser estuprada? Sim. Não defendem que o homem não tem que bater na mulher? Claro. Então vocês são feministas! O que é machismo pra ti? Machismo não é conceito ser macho ou fêmea. Então isso cai na sociedade, cai na mídia, e é muito deturpado esses conceitos. Nós, feministas, temos que trabalhar e falar o que é o feminismo pra sociedade entender que não é bicho papão, não é o endemoniamento que eles falam, porque eles demonizam a palavra, igual a comunismo ³⁶.

Essa desconfiança a respeito do que é feminismo está presente, inclusive, entre as militantes da UMCA/UBM. Ivanir Perrone iniciou a militância no sindicato dos comerciários, ela lembra que antes da sua entrada efetiva no sindicato, já atuava em greves e na comissão de creches. Essa questão da abertura de vagas em creches e o preconceito no mercado de trabalho dirigido às mulheres eram questões preponderantes, que influenciaram no seu despertar político.

Eu percebi que as trabalhadoras comerciárias atravessavam uma fase muito difícil, porque, na época, a gente era muito discriminada. No comércio, não podia ser casada pra trabalhar,

³⁶ ZABOT, Lourdes (65 anos). (Set/2019). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/ RS. 30 de setembro de 2019.

porque se tu era casada, tu podia ter filhos e filho atrapalhava. Então, ali, acendeu a luzinha, sabe?! Porque quando eu trabalhei numa ótica, eu tive que assinar um documento dizendo que eu não ia engravidar. E eu não fiquei, eu trabalhei dez dias nesse lugar e sai. Imagina assinar um documento dizendo que eu não ia engravidar, olha o tipo de comércio, olha o tipo, era escravidão. Na época, a dona da loja dizia que ela defendia muito as mulheres, que ela achava que as mulheres não deveriam engravidar para não atrapalhar o trabalho, porque ela queria que as mulheres crescessem profissionalmente. Era isso que a gente ouvia, eu ouvi naquela época. E foi aí que eu comecei a participar mais da luta das mulheres, pra que ninguém mais passasse por isso. E aí, eu comecei a conhecer o sindicato e entender que a luta das mulheres sem o sindicato também não ia, a gente não ia conseguir avançar enquanto mulher trabalhadora. No mundo do trabalho, era isso que eu vi.³⁷

Mesmo tendo sido mobilizada por questões específicas da luta das mulheres, ela hesita em se reconhecer como feminista, e isso pode ser em decorrência do antifeminismo ainda presente na sociedade, na imprensa e no interior dos movimentos sociais.

A gente se colocar como feminista tem gente que diz assim: "feminista é aquela extrema, aquela que só defende as mulheres, que ataca os homens, que disputa e não aceita rivalidade masculina, porque vai tirar um pouco do espaço". Eu não sou assim, então eu não sei se eu sou feminista. Ou se eu deixo de ser feminista, porque eu aceito muito que as coisas são muito igualitárias, eu não sei dizer se eu sou extremamente, se eu sou feminista. Eu defendo a luta das mulheres, agora, não sei se eu sou feminista...³⁸

Já Ivani admite que demorou a se identificar como feminista, tal como pode ser visto no trecho abaixo:

Eu acho que a gente demora pra aceitar que é feminista e que tu é discriminada por ser feminista, porque a gente, mesmo a família da gente, os nossos pais, nasceu pra ser dona de casa,

³⁷ PERRONE. Ivanir de Fátima. (63 anos). (Set/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 01 de setembro de 2020.

³⁸ PERRONE. Ivanir de Fátima. (63 anos). (Set/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 01 de setembro de 2020.

casar e deu. E a gente “rasgou o sutiã” e disse “não, não sou só isso. Eu quero mais, eu quero igualdade”. Eu acho que demorou um pouco, eu acho que eu já tinha uns quase “trintinha” nas costas, demorou, mas eu acho que o que vale é que uma hora isso desperta.³⁹

Em muitos relatos há falas que aludem a “sempre fui feminista”, afinal, essas mulheres, em vários momentos, reforçam que mantinham um senso de justiça e um anseio para mudar a sociedade, mas só vieram a entender que isso as tornava feministas após a ressignificação de fatos de suas trajetórias pela formação política teórica, conforme conta Solange:

Olha eu acho que eu sempre fui feminista, quando eu disse que tinha aquele senso de justiça porque eu discutia muito com o meu pai, eu era adolescente, eu discutia com o meu pai, eu ficava dizendo “mas porque que tu faz assim?”, “mãe, porque que tu não faz assado?!” , “porque tu não reage e tal?”, mas eu sempre combatia essas coisas retrógradas. É claro que eu não era ainda uma feminista com uma perspectiva mais ampla, eu tinha um senso de feminismo, de liberdade, de respeito, aí, conforme eu fui crescendo e tendo contato, e tendo acesso a algumas informações e formações eu disse “não, porra! Eu sempre fui feminista!” só que, claro, algumas coisas que a sociedade te impõe tu reproduz o machismo da sociedade. Então eu tinha assim essa base feminista, mas eu não tinha toda uma estrutura, uma informação que me ajudasse a evoluir daquela base inicial. Mas, assim, lá no fundo eu sempre fui feminista. Eu só não tinha preparo pra isso (CARVALHO, 2020).

Eremi relata que um episódio de violência física que sofreu da polícia fez com que se percebesse como feminista:

Olha só, eu acho que essa questão do feminismo foi muito na construção do próprio debate, porque a gente teve... assim... primeiro a participação para, depois, entender a questão teórica. Então, na greve, a gente fez uma manifestação em Porto Alegre sobre a questão de um dissídio nosso, de uma campanha salarial que tinha ido para a justiça. A gente foi fazer uma manifestação lá no Tribunal Regional do Trabalho, e foi a primeira vez que eu fui presa e apanhei. Daí teve um cara da Brigada que me deu uma paulada na perna que eu nunca mais

³⁹ LIMA, Ivani Teresinha Francisco de (65 anos). (Set//2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS.30 de setembro de 2020.

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 94-129, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

esqueci. Daí a gente começou que a luta, que aquela luta era nossa, de homens e mulheres. Depois que a gente foi se dá conta que aquilo que a gente tava fazendo também era uma questão do feminismo, das lutas feministas (MELO, 2020).

O preconceito que sofreram por romper padrões impostos às mulheres, como de ser mãe solo, ocupar espaços antes restritos aos homens, como os sindicatos, resultou em constantes violências verbais e até mesmo físicas, como a que a Eremi relatou. O discurso antifeminista propagado pelas organizações de direita, de esquerda e até pela imprensa repercutiu na resistência que essas militantes tiveram em se assumir como feministas. Todo esse estigma por ser uma mulher militante impactou nos relacionamentos afetivos das entrevistadas, levando-as a um sentimento de solidão, como narra Solange:

A luta das mulheres pode conduzir elas pra uma solidão muito grande, não que a família vá resolver, tem até um meme que diz "se você chegar ao poder é muito bom, mas ele é muito solitário". A luta das mulheres acaba deixando elas assim. Tu vai olhar as mulheres que estão na batalha, quase todas elas não têm companheiro, porque a elas [às mulheres que têm companheiros] é exigido casar, ter filhos, ser um dos esteios do lar, essas coisas todas.⁴⁰

Outro ponto recorrente nos relatos é a relação entre a maternidade e o despertar político das militantes. Joceli iniciou a militância ainda no movimento secundarista, e conta que era amiga de Márcia, filha de Raquel Grazziotin, que era uma das principais lideranças políticas do período na cidade, de modo que, ao frequentar sua casa, acabou se envolvendo também no movimento de mulheres. Joceli foi mãe na adolescência e narra o momento que começou a se perceber feminista:

Eu engravidei na adolescência e aí tu tem outros olhares, sabe?! Eu já militava, mas daí tu dá aquele salto de qualidade, tu diz "não, agora eu vou combater dessa forma". Geralmente, as pessoas que criticam a questão das mulheres serem feministas, empoderadas, essas coisas, eles dizem o que?" Ah porque não

⁴⁰ CARVALHO, Solange Silva. (61 anos). (Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 18 de agosto de 2020.

gosta de homem". "Ah porque são mal-amadas" (QUEIROZ, 2019).

Os relatos sobre a maternidade indicam situações de preconceito, mas também sugerem que esse foi um momento que as impulsionou para a luta coletiva ou como um momento marcante em suas trajetórias. Para Joceli, a maternidade representou "um salto de qualidade" em sua militância. Já Ivanir expõe que decidiu entrar definitivamente para o sindicato após ser mãe. Mari lembra que, na primeira greve que participou, estava grávida. Joce se mostrou emocionada, durante a entrevista, quando se lembrou de momentos de sua gravidez e maternidade.

Os relatos indicam que essas militantes despertaram para a luta política movidas por melhores condições de trabalho e moradia, bem como para enfrentar desigualdades oriundas do racismo e sexismo. O antifeminismo presente na sociedade implicou em uma resistência na autodenominação das narradoras como feministas, resistência ainda não superada por todas. Ainda assim, quando questionadas sobre o que significa ser uma feminista, sobretudo, o que é ser uma "feminista emancipacionista", nome que dão a concepção de feminismo que seguem, as narradoras afirmam que carregam consigo sentimentos de justiça, igualdade e anseios de construir uma nova sociedade para mulheres e homens. Eremi explica a concepção de feminismo a qual está engajada:

Eu acho que ser feminista emancipacionista é poder estar no lugar que eu quiser estar. Não tem lugar determinado: esse é o lugar da mulher...não! Eu posso estar no lugar que eu quiser! Eu posso estar na igreja, no bar, na rua, no sindicato, na universidade, eu posso estar fazendo Direito, Engenharia, Psicologia, eu posso ser professora...eu posso ser e estar onde eu quiser, isso é ser feminista emancipacionista. Porque onde eu vou estar, eu vou estar me colocando e levando essa questão. Porque é não ficar parada, pra mim é isso. É estar na fábrica, no comércio, nos hospitais, as enfermeiras, médicas ou na construção civil. Porque hoje nós estamos em todos os lugares. Agora tem um lugar que tá faltando mulher: é na política! Esse espaço nós precisamos ocupar. Se a gente olhar, a

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 94-129, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

gente ocupa todos os espaços, mas acho que o espaço de poder ainda nós não ocupamos, de decisão. Nós precisamos estar nos espaços de decisão, com projetos.⁴¹

As narradoras se mostram preocupadas em esclarecer que esse feminismo não é sexista, não é uma luta de mulheres contra os homens. Lourdes aborda essa questão, ao mencionar a sua participação na UBM:

A UBM não é sexista! Porque outros movimentos são sexistas. Achamos que a UBM tem que lutar junto, nós precisamos dos homens, porque, na vida normal, convivemos com os homens e mulheres. Não vamos viver isoladas, sozinhas. E nós precisamos dos homens, que estejam do nosso lado, nós precisamos que tenham homens feministas. A nossa principal diferença acho que é essa, que a luta não é uma luta de sexos. Nós brigamos pra ter os mesmos salários, nós não queremos que os salários deles baixem pro nosso ficar igual, nós queremos chegar ao patamar dele. O homem não é nosso inimigo, nós temos que puxar ele pra nossa luta, que ele faça parte da luta das mulheres.⁴²

Assim, esse feminismo buscar emancipar não somente as mulheres, mas toda a sociedade das diversas formas de opressão, de modo que, para elas, ser feminista é "a sede por um mundo melhor",⁴³ conforme reforça Joceli:

Isso é muito meu. Muito característico meu de achar que eu posso vir a contribuir com a luta no geral por um mundo melhor. Não é um mundo pra mim, é um mundo pra todos. Eu gostaria muito que meu neto tivesse uma juventude saudável. Conseguisse ter oportunidade, ter uma infância boa, mas daí pra ele poder ter, eu tenho uma parcela enquanto sociedade. A gente tem que se organizar pra essas gerações futuras poderem ter isso. Acho que isso que te empodera. Acho que é isso, essa sede, essa vontade de um mundo melhor.⁴⁴

⁴¹ MELO, Eremi. (58 anos). (Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 18 de agosto de 2020.

⁴² ZABOT, Lourdes (65 anos). (Set/2019). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 30 de setembro de 2019.

⁴³ QUEIROZ, Joceli Aparecida de (57 anos). (Out/2019). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 23 de outubro 2019.

⁴⁴ QUEIROZ, Joceli Aparecida de (57 anos). (Out/2019). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 23 de outubro 2019.

Considerações finais

Realizar uma escuta sensível e publicizar os relatos sobre a organização de mulheres militantes durante os anos da redemocratização brasileira em Caxias do Sul representa uma escrita da História mais democrática, pois rompe com narrativas universais sobre o período. As narrativas aqui apresentadas revelam os limites e as dificuldades em ser uma mulher que ocupa a esfera pública em defesa de direitos. Dificuldades essas que perpassam aspectos de cunho íntimo como o sentimento de solidão, as dificuldades em manter relacionamentos, os conflitos familiares e as ofensas e estereótipos frequentemente associados as feministas.

As vozes que dão sentido a essa escrita permitem refletir sobre o processo de constituição de uma geração de mulheres que, mobilizadas pela efervescência política da redemocratização brasileira, ocuparam os movimentos comunitários, sindicais e estudantis e passaram a se organizar enquanto coletivos. As narradoras invadem o espaço público em um período onde ser uma mulher militante carregava um estigma que impacta em aspectos muito íntimos, como as relações afetivas e familiares.

As trajetórias dessas mulheres não foram reconstruídas a partir deste estudo com o intuito de promover exemplaridade. Elas se inscrevem numa perspectiva de análise que privilegia as diferentes circunstâncias da vida cotidiana e as diversas formas de reações frente às normatizações sociais em tempos e lugares específicos.

As entrevistas através das quais emergem os sentidos das múltiplas experiências de vida dessas mulheres, essas "pessoas-processos", são aqui entendidas como ato político, de constituição de fala, de uma linguagem e de uma performance diante de marcadores sociais como gênero, raça e classe. O processo de escuta dessas vozes compreende uma via de acesso a subjetividades formadas na luta por igualdade social e dignidade humana.

Não nos propomos a "dar voz" a essas mulheres, expressão ainda presente em estudos que tomam a oralidade como forma de produzir fontes

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 94-129, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

históricas. Antes, ao estabelecermos uma relação de confiança, condição para uma boa prática de história oral, oferecemos a escuta atenta, sensível, ética para que essas feministas, mães, trabalhadoras, filhas, migrantes construíssem as suas versões e as suas interpretações de um tempo vivido.

De fato, o estudo que divulgamos aqui é parcial e fragmentado, haja vista as inúmeras possibilidades de investigação que se apresentam sobre a questão da formação de grupos feministas na cidade de Caxias do Sul, em variados contextos, dos quais emergem outras personagens. Há tantas histórias a serem contadas! Mas, quantos ouvidos as querem escutar?

Referências

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GARCIA, Loreley. Era uma vez... o uso da história oral nos estudos de gênero. **Mneme - Revista de Humanidades**, v. 05, n. 11, p. 547-563, jul./set. 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/1318455/Era_uma_vez_o_uso_da_hist%C3%B3ria_oral_nos_estudos_de_g%C3%AAnero. Acesso em: 26/02/2023

LEMONS, Beatriz Monteiro. História, memória e política: o feminismo emancipacionista e as estratégias de luta das mulheres comunistas no Brasil (1986-1988). *In*. **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História, Rio de Janeiro**, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1617377591_ARQUIVO_191bd8f44eba00d56a3718ce72c42a27.pdf Acesso em: 20 nov. 2022.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas: história oral aplicada**. São Paulo: Contexto, 2020.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 99-105, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634466/2390> .Acesso em: 26/02/2023

PATAI, Daphne. **História Oral, Feminismo e Política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2006.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia. (org.). **História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos; HAACK, Marina Camilo. História social da escravidão sob a perspectiva interseccional: mulheres escravizadas e as experiências de maternidade (Rio Grande do Sul, século XIX). In: **História das mulheres no Brasil Meridional**. 2. ed. [E-book]. / Organizadores: Ana Silvia Volpi Scott, José Carlos da Silva Cardozo e Jonathan Fachini da Silva. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, n. 20, v. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>
Acesso em: 26/02/2023

SILVA, Juceli A. Sociedade e indivíduo: a sociologia configuracional de Norbert Elias. **COnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 29, p. 232-245, 2019.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politéia: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista. v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

Recebido em: 24.11.2022

Aprovado em: 11.06.2023